

Ações para Erradicação da Pobreza e Desenvolvimento Sustentável

Fernando Lagares Távora

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável a ser realizada na cidade do Rio de Janeiro entre 13 e 22 de junho de 2012 tem como focos: (i) a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza, e (ii) o quadro institucional internacional para o desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, a Rio+20 pretende discutir o desenvolvimento sustentável em um contexto de integração de metas socioeconômicas e ambientais com finalidade de otimizar o planejamento e a tomada de decisão dos atores públicos e privados em matérias conexas de economia e meio ambiente.

O tema 9 da Conferência é “Segurança alimentar e Agricultura sustentável”. Para o enfrentamento da pobreza nesse contexto de desenvolvimento sustentável, a Organização das Nações Unidas (ONU) trabalha com dois conceitos chaves: i) **segurança alimentar**, que seria verificada quando todas as pessoas, durante todo o tempo, dispõem de acesso físico e econômico suficiente à comida segura e nutritiva que atenda as suas preferências e as necessidades de sua dieta em um estilo de vida ativo e saudável¹; ii) **agricultura sustentável**, que se referiria à capacidade de o processo produtivo agrícola poder contribuir para o bem-estar global, com a disponibilização de comida suficiente e outros bens e serviços de formas economicamente eficientes e lucrativas, socialmente responsáveis e ambientalmente adequadas.

¹ Definição da Declaração do *World Food Summit*, 1996.

Os principais compromissos assumidos no cenário internacional em segurança alimentar e agricultura sustentável referem-se a medidas de melhoria das práticas agrícolas, desenvolvimento rural e combate à seca e à desertificação no Planeta.

A Agenda 21, principal documento em que governos, empresas, organizações não governamentais e setores da sociedade civil assumiram compromissos de sustentabilidade ambiental durante a Rio 92, contém capítulos dedicados ao tema que objetivam: i) promoção de agricultura sustentável e desenvolvimento rural; ii) proteção da qualidade e oferta de água fresca, com aplicação integrada de mecanismos de desenvolvimento, gerenciamento e uso de fontes; iii) gerenciamento de produtos químicos, com prevenção do comércio ilegal de produtos tóxicos e perigosos; iv) gerenciamento ambiental adequado de resíduos sólidos e tratamento de esgotos químicos.

Outro importante marco foram os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM²), documento em que todos os 193 países membros e muitas organizações internacionais concordaram em: i) erradicar a pobreza extrema e a fome; ii) fornecer educação primária universal; iii) promover isonomia de gênero e aumentar a autonomia da mulher; iv) reduzir taxa de mortalidade infantil; v) melhorar a saúde materna; vi) combater a AIDS, a malária e outras doenças; vii) assegurar sustentabilidade ambiental; e viii) desenvolver parcerias globais para o desenvolvimento.

Os objetivos da Agenda 21 e dos ODM foram alcançados apenas parcialmente. Já as análises da Reunião de Alimentação Mundial³ chegaram à conclusão de que os resultados globais na área de segurança alimentar e agricultura sustentável são limitados. Em consequência, permanece demanda no cenário mundial de que se renove o compromisso com políticas globais de cooperação na direção de aumentar simultaneamente a produtividade

² *Millennium Development Goals*, em inglês.

³ *World Food Summit*, em inglês.

agrícola, criar regimes de comércio mais justos, conservar o meio ambiente e promover investimentos relacionados à infraestrutura.

O Programa Amplo de Desenvolvimento Agrícola África⁴, que objetivava aumentar em pelo menos 6% a produtividade agrícola dos países associados até 2015, sofreu com a crise financeira internacional de 2008 e muitos países não puderam apresentar sua contrapartida. Esse Programa é citado como uma tentativa de busca dos ODM. Outros programas, como o voltado “para produção em áreas de montanha”⁵ e o voltado “para estocagem na região subsaariana”⁶, tiveram algum desenvolvimento, mas ainda com resultados acanhados.

A irrigação como alternativa para ampliação da produção sustentável ainda enfrenta grandes desafios. A infraestrutura existente é antiga, a escassez de água ameaça muitas regiões do Planeta e o gerenciamento estratégico demanda ações mais estratégicas no uso de recursos hídricos.

A questão da seca e da desertificação continua na pauta internacional como grande problema a ser encaminhado. Certas regiões do Planeta, como a África subsaariana, são castigadas severamente, incluindo, como no caso do ano de 2012, a região Nordeste do Brasil, que teve mais de 700 municípios atingidos. O País tem tentado implementar a construção de adutoras e apoiar a construção de cisternas como forma de atacar o problema.

No campo produtivo agrícola, a principal estratégia para enfrentar esse problema é diversificar o sistema produtivo de modo a preservar não só os recursos hídricos, mas também o solo. A ONU indica que progressos feitos incluem: i) conservação do solo com plantio

⁴ *Comprehensive Africa Agriculture Development Program*, em inglês.

⁵ *FAO-SARD-M (Mountain)*, em inglês.

⁶ *TerrAfrica process*, em inglês.

direto; ii) gerenciamento de água subterrânea e recarga para se evitar salinização e contaminação por químicos; iii) apoio à gestão de bacias e promoção da criação de comitês reguladores das bacias; iv) gerenciamento pecuário holístico; e v) agroflorestamento e sistema integrado lavoura-pecuária.

A ONU entende que, no gerenciamento e empacotamento de produtos químicos, houve uma substancial melhoria com o surgimento de sistema regulatório em muitos países a partir do ano de 2000. No Brasil, a Lei nº 9.974, de 2000, aprimorou a Lei dos Agrotóxicos (Lei nº 7.802, de 1989); a Lei nº 12.305, de 2010, instituiu nova Política Nacional de Resíduos Sólidos; e a Lei nº 12.187, de 2010, instituiu Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), por meio da qual o País assumiu o compromisso de adotar ações de mitigação das emissões de gases de efeito estufa, com vistas em reduzir entre 36,1% e 38,9% suas emissões projetadas até 2020.

Com relação ao combate à fome, os últimos dados da ONU têm demonstrado que a meta de sua redução à metade em 2015 dificilmente será cumprida. A razão para isso teria sido a crise de alimento de 2008, que provocou descontinuidade produtiva e volatilidade no preço internacional dos alimentos.

O Brasil, por sua vez, tem sido reconhecido em vários fóruns internacionais por seu consistente esforço para implantação de práticas agrícolas sustentáveis e por suas ações de combate à pobreza.

O Plano Brasil sem Miséria agrega ações múltiplas de transferência de renda e acesso a serviços públicos, nas áreas de educação, saúde, assistência social, saneamento e energia elétrica, e inclusão produtiva para cidadãos cuja renda familiar seja de até R\$70,00 *per capita*.

O **Programa Bolsa Verde** (oficialmente denominado “Programa de Apoio à Conservação Ambiental”) faz parte do Plano Brasil sem Miséria e se destina a pessoas que se encontram em situação de extrema pobreza, o equivalente a renda *per capita* mensal de até R\$70,00. Na primeira fase, apenas os municípios da Amazônia Legal participam do Programa, porém, há previsão de expansão para todo o País em breve.

O Programa Bolsa Verde paga R\$300,00 trimestralmente por meio do cartão do Bolsa Família, pelo prazo de até dois anos (passível de renovação). As famílias beneficiárias devem desenvolver atividades de conservação ambiental para atendimento dos objetivos do Bolsa Verde, que são: i) incentivar a conservação dos ecossistemas, entendida como sua manutenção e uso sustentável; ii) promover a cidadania; iii) melhorar as condições de vida e elevar a renda população beneficiária; e iv) incentivar a participação de seus beneficiários em ações de capacitação ambiental, social, educacional, técnica e profissional.

O **Programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC)**, que incentiva produtores rurais a adotarem técnicas agrícolas sustentáveis para mitigar e reduzir a emissão dos gases de efeito estufa, pode ser citado como um bom exemplo de política pública de suporte ambiental.

Para a safra 2011/2012, o programa ABC prevê orçamento de R\$3,15 bilhões para incentivar processos tecnológicos que neutralizem ou minimizem os efeitos dos gases de efeito estufa no campo⁷, sendo suas principais ações:

- i) plantio direto: técnica que dispensa o revolvimento do solo e evita a erosão com a semeadura direta na palha da cultura anterior. Protege o solo, reduz o uso de água, aumenta a produtividade da lavoura e diminui despesas com maquinário e combustível;

⁷ Produtores rurais e cooperativas poderão contar com limite de financiamento de R\$1 milhão, taxas de juros de 5,5% ao ano e prazo para pagamento de 5 a 15 anos.

- ii) recuperação de áreas degradadas: transformação de terras degradadas em áreas produtivas para a produção de alimentos, fibras, carne e florestas;
- iii) integração Lavoura-Pecuária-Floresta: promove a recuperação de áreas de pastagens degradadas agregando, na mesma propriedade, diferentes sistemas produtivos, com alternância de pastagem, agricultura e floresta. Isso recupera o solo, incrementa a renda e gera empregos;
- iv) plantio de florestas comerciais: o plantio de eucalipto e de pinus proporciona renda futura para o produtor e reduz o gás carbônico do ar devido à captura de carbono pelas árvores durante o ciclo de crescimento;
- v) fixação biológica de nitrogênio: técnica que desenvolve microorganismos/bactérias para captar o nitrogênio existente no ar e transformá-lo em matéria orgânica para as culturas. Isso permite a redução do custo de produção e melhora a fertilidade do solo; e
- vi) tratamento de resíduos animais: a iniciativa aproveita os dejetos de suínos e de outros animais para a produção de energia (gás) e de composto orgânico.

Na questão da segurança alimentar, o **Programa Fome Zero**, que constitui uma estratégia para garantir alimentação adequada a pessoas em condições de vulnerabilidade, é apontado com uma forma holística de combate à pobreza.

O Programa atua a partir de quatro eixos articuladores: i) eixo 1 – acesso aos alimentos; ii) eixo 2 – fortalecimento da agricultura familiar; iii) eixo 3 – geração de renda; e iv) eixo 4 – articulação, mobilização e controle social.

No eixo 1, o carro chefe do Programa é o **Bolsa Família**, que faz transferência de renda às famílias em situação de pobreza, com renda familiar *per capita* de até R\$120,00 mensais, e associa à transferência desse benefício financeiro o acesso a outros direitos sociais básicos: saúde, alimentação, educação e assistência social. Nesse eixo, ainda se encontram os

programas de merenda escolar (PNAE), alimentação do trabalhador (PAT) e os restaurantes populares.

No eixo 2, encontram-se as ações específicas para a agricultura familiar, que promove geração de renda no campo e aumento da produção de alimentos para o consumo. As principais políticas públicas de apoio à produção sustentável da agricultura familiar são:

- i) o **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)**, que financia o desenvolvimento socioeconômico sustentável no meio rural;
- ii) o **Programa Garantia-Safra**, que constitui uma garantia de renda na região semiárida brasileira, em caso de seca;
- iii) o **Programa Seguro da Agricultura Familiar**, que garante a cobertura de 100% do financiamento mais 65% da receita líquida esperada pelo empreendimento financiado pelo(a) agricultor(a) familiar; e
- iv) o **Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA)**, que realiza a compra, a formação de estoques e a distribuição de alimentos para pessoas em situação de insegurança alimentar.

No eixo 3, são apoiadas ações para economia solidária e desenvolvimento de ações de qualificação da população de baixa renda no sentido de contribuir para a sua inserção no mercado de trabalho. Os programas de qualificação profissional, de apoio à economia solidária e o microcrédito orientado são as principais ações desse eixo, cujos efeitos são reconhecidos pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA)⁸, que vê, na reciclagem de materiais no Brasil, exemplo para os países industrializados. Atualmente,

⁸ *United Nations Environment Programme – UNEP*, em inglês.

cerca de 95% das latas de alumínio, 55% das garrafas plásticas e metade do volume de papel e vidro são reutilizados.

Por fim, no eixo 4, encontram-se políticas de estímulo à formação de parcerias com o governo federal para a realização de campanhas de combate à fome e de segurança alimentar e nutricional. Há ações destinadas a mutirões e doações, bem como formação de parceria para persecução de fins públicos.

Para alívio de carência alimentar e desenvolvimento sustentável, a própria ONU entende que o Programa Fome Zero, conjugado com o Pronaf, seria um sucesso por adquirir até 30% da produção da agricultura familiar, por fornecer merenda escolar para 47 milhões de crianças, por ter retirado 49 milhões de pessoas da pobreza e por buscar retirar outros 16 milhões de pessoas que ainda se encontram em estado de vulnerabilidade alimentar até 2014.

Junho/2012